

## T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 3 – AMARELA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

##### Texto 1

Etnias e culturas do Brasil

Diante de um mapa do Brasil as diversidades regionais, oriundas dos contrastes geográficos, são ainda enriquecidas pela variação da paisagem cultural. Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas, uma em que ainda se mantém viva a predominância da base cultural lusitana, outra em que os traços culturais não lusitanos – os alemães, os italianos, os poloneses, os japoneses – vêm dando nova coloração à paisagem tanto física ou geográfica como social e cultural. (Manuel Diégues Jr.)

1

O texto 1 tem por tema:

- (A) o contraste entre as diversidades regionais e culturais do Brasil;
- (B) a contribuição do elemento estrangeiro para a variação da paisagem cultural do país;
- (C) a superioridade cultural estrangeira em relação ao elemento nacional;
- (D) as diferenças geográficas entre locais colonizados por lusitanos e por outras nacionalidades europeias e asiáticas;
- (E) as vantagens para o Brasil de ser colonizado culturalmente por diferentes povos.

2

A última frase do texto 1 – “vêm dando nova coloração à paisagem tanto física ou geográfica como social e cultural” – revela distintas ligações entre dois termos: física ou geográfica, social e cultural.

Esse emprego mostra que:

- (A) “física” e “geográfica” são vistos como termos sinônimos;
- (B) “social” e “cultural” são termos semanticamente iguais;
- (C) os dois termos mostram valores adicionados;
- (D) só o primeiro termo, de fato, se refere a “paisagem”;
- (E) os dois termos são comparados no texto.

3

A frase em que a palavra “bem” se classifica, quanto ao significado, como em “Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas...”, é:

- (A) Bem, eu não tenho a mesma opinião sobre esse tema;
- (B) O lugar já esteve pior, mas agora está bem;
- (C) Nunca me senti tão bem quanto agora;
- (D) Faça o bem sem olhar a quem;
- (E) As festas no evento foram bem-organizadas.

4

A preposição DE ora é empregada por exigência de um termo anterior, ora é empregada por necessidade semântica, não sendo exigida pela regência de um termo anterior.

O termo abaixo (texto 1), introduzido pela preposição DE, que é fruto de exigência anterior é:

- (A) Diante de um mapa do Brasil;
- (B) oriundas dos contrastes geográficos;
- (C) variação da paisagem cultural;
- (D) predominância da base cultural lusitana;
- (E) Etnias e culturas do Brasil.

##### Texto 2

Expressão oral e escrita

Tem-se discutido muito sobre as funções essenciais da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pelo uso da linguagem falando oralmente ao próximo ou mentalmente a nós mesmos, que conseguimos organizar o nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido; é assim que, nas crianças, a partir do momento em que, rigorosamente, adquirem o manejo da língua dos adultos e deixam para trás o balbúcio e a expressão fragmentada e difusa, surge um novo vigor de raciocínio, que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental. Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar, da mesma sorte que se aperfeiçoa o operário com o domínio e o conhecimento seguro das ferramentas da sua profissão. (Mattoso Câmara)

5

No texto 2, a linguagem é vista como:

- (A) instrumento de bem pensar;
- (B) ferramenta de convencimento do próximo;
- (C) marca da idade adulta;
- (D) preparação do homem para a vida profissional;
- (E) principal veículo de comunicação social.

6

“...surge um novo vigor de raciocínio, que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental.”

Nesse segmento do texto 2, o termo “agora”:

- (A) está mal-empregado por não se referir a nenhum termo anterior do texto;
- (B) se refere a um momento citado anteriormente;
- (C) se liga ao momento presente da leitura do texto;
- (D) se prende ao momento de vida profissional;
- (E) se conecta com a ocasião da produção do texto.

7

De todo o texto 2 decorre uma necessidade, que é a de:

- (A) priorizar-se a língua oral em lugar da escrita;
- (B) cuidar prioritariamente da linguagem infantil;
- (C) dedicar-se integralmente ao aprendizado da escrita;
- (D) bem ensinar-se a língua materna;
- (E) aprender a pensar antes de escrever.

**8**

O segmento textual abaixo em que falta uma vírgula é:

- (A) Tem-se discutido muito sobre as funções essenciais da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas;
- (B) É fácil observar, por exemplo, que é pelo uso da linguagem falando oralmente ao próximo ou mentalmente a nós mesmos, que conseguimos organizar o nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido;
- (C) é assim que, nas crianças, a partir do momento em que, rigorosamente, adquirem o manejo da língua dos adultos e deixam para trás o balbúcio e a expressão fragmentada e difusa, surge um novo vigor de raciocínio;
- (D) que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental;
- (E) Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar.

**9**

“Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar, da mesma sorte que se aperfeiçoa o operário com o domínio e o conhecimento seguro das ferramentas da sua profissão.”

Na defesa de sua ideia, o autor do texto 2 apela para:

- (A) o testemunho de autoridade dos estudiosos;
- (B) uma narrativa de tema semelhante;
- (C) uma analogia entre atividades;
- (D) a opinião do próprio autor do texto;
- (E) conhecimentos biológicos estabelecidos.

**10**

No texto 2 aparecem cinco termos sublinhados, relacionados a termos anteriores.

O exemplo em que a referência anterior está inadequada é:

- (A) elas / funções da linguagem humana;
- (B) lo / nosso pensamento;
- (C) assim / processo do uso da linguagem;
- (D) que / novo vigor de raciocínio;
- (E) seu / cérebro.

**Texto 3**

**Método científico**

Certamente a ciência se iniciou num tempo muito anterior ao registro histórico e ao das artes das cavernas. Talvez tenha nascido com o Homem, com as primeiras formas de magia tribal, resultantes das perplexidades dos primitivos diante dos fenômenos naturais e suas forças. Daí não só surgiram os embriões das religiões primitivas, como também as fontes dos conhecimentos, das experiências acumuladas pelo homem através dos séculos. Os detentores destes conhecimentos, os feiticeiros, poderiam ser comparados a sacerdotes e, mais ainda, a cientistas primitivos que, no seu empirismo, através de seus ritos mágicos, procuravam “recriar”, ou então, amenizar os fenômenos naturais.

No momento em que o homem se deu conta de que as mágicas não mereciam muita confiança, que ora davam certo, ora não, no momento em que percebeu que outros fatores, não mágicos, atuavam nos fenômenos, um importante passo foi dado. (Paulo Quintanilha Nobre de Mello)

**11**

O “importante passo” aludido no final do texto 3 se refere à:

- (A) passagem do desconhecimento para o conhecimento;
- (B) mudança da magia para a ciência;
- (C) transformação das trevas para a luz;
- (D) passagem da antiguidade para a modernidade;
- (E) mudança da feitiçaria para a religião.

**12**

“Daí não só surgiram os embriões das religiões primitivas, como também as fontes dos conhecimentos, das experiências acumuladas pelo homem através dos séculos.”

A frase abaixo em que a locução “através de” mostra o mesmo valor presente na frase acima do texto 3, é:

- (A) Os sons do filme passavam através da parede;
- (B) Através da leitura, tomamos conhecimento de tudo;
- (C) Os aviões passam através das nuvens;
- (D) Os trabalhos foram feitos através de meses;
- (E) Através de horas de estudo, chegamos ao alvo.

**13**

Segundo o texto 3, a única afirmativa inadequada sobre a magia é:

- (A) foi criada para enganar o próximo;
- (B) mostra a mesma origem da ciência;
- (C) foi superada pelo conhecimento científico;
- (D) surgiu da perplexidade diante do desconhecido;
- (E) mostra analogias com as religiões primitivas.

**14**

“Certamente a ciência se iniciou num tempo muito anterior ao registro histórico e ao das artes das cavernas.”

Sobre esse segmento inicial do texto 3, é correto afirmar que:

- (A) o termo “certamente” marca alta probabilidade e baixo grau de dúvida;
- (B) a forma verbal “se iniciou” seria corretamente grafada “iniciou-se”;
- (C) a frase está estruturada na voz passiva pronominal;
- (D) a expressão “num tempo” ganha precisão cronológica com os termos que a seguem;
- (E) o segmento inicial tem caráter objetivamente informativo.

15

O tipo de mensagem abaixo em que se cruzam as funções emotiva e referencial é:

- (A) sinais de trânsito;
- (B) explicação de um texto;
- (C) nota fiscal;
- (D) relato de gastos do cartão de crédito;
- (E) artigo de crítica teatral.

16

A frase abaixo em que o adjetivo sublinhado tem seu enriquecimento na frase por meio de um grupo prepositivo é:

- (A) Ele é um treinador satisfeito com a performance do time.
- (B) Os jogadores muito nervosos não rendem bem.
- (C) Seu uniforme era verde musgo.
- (D) A mãe está orgulhosa que seus filhos se formaram.
- (E) Desde o ano passado, meu carro se mostra veloz.

17

A frase abaixo que está inserida no campo dos textos argumentativos é:

- (A) No domínio científico, o cientista quer demonstrar a correção de sua descoberta.
- (B) No domínio político, um membro de um partido tenta levar um adversário a mudar de opinião.
- (C) No domínio jurídico, o advogado procura mostrar que seu cliente é inocente.
- (D) No domínio artístico, o pintor procura novas soluções para a elaboração das imagens.
- (E) No domínio comercial, o negociante procura lucro como se vê nas campanhas publicitárias.

18

Observe a seguinte situação comunicativa:

“Com a finalidade de seduzir sua companheira, o pianista se senta ao piano e interpreta uma bonita valsa”.

Em relação a essa situação comunicativa, é correto afirmar que:

- (A) o emissor da mensagem é o piano;
- (B) o receptor da mensagem é a companheira do pianista;
- (C) o código da mensagem é o ritmo da música;
- (D) o canal da mensagem é o visual;
- (E) a mensagem aludida é o amor do pianista.

Texto 4

Analfabetos

Hoje considera-se que há dois tipos de analfabetos. O analfabeto específico que é o homem que não sabe ler nem escrever, e o analfabeto funcional, que é o homem que sabe ler e escrever, que pode até ter diversos graus de educação e que, do ponto de vista cultural, é tão analfabeto, ou mais do que o outro; mais, digo eu, porque perdeu a cultura popular, de experiência, de costume tradicional etc., que o analfabeto da aldeia possui, e não adquiriu outra. (Jorge de Sena)

19

O advérbio “Hoje” (texto 4) se refere:

- (A) à ocasião da discussão do tema;
- (B) ao momento histórico do alfabeto;
- (C) aos tempos da modernidade atual;
- (D) à ocasião da leitura do texto;
- (E) ao momento da escritura do texto.

20

“Hoje considera-se que há dois tipos de analfabetos” (texto 4); uma outra forma de voz passiva dessa mesma frase é:

- (A) Hoje consideram-se a existência de dois tipos de analfabetos;
- (B) Hoje foi considerado que há dois tipos de analfabetos;
- (C) Hoje é considerada a existência de dois tipos de analfabetos;
- (D) É considerada, hoje, que há dois tipos de analfabetos;
- (E) Hoje era considerada a existência de dois tipos de analfabetos.

## Noções de Sustentabilidade

21

A criminalização de infrações ambientais foi um importante avanço trazido pela Lei nº 9.605/1998, que regula a responsabilização administrativa e, embora tenha sido vetada, pretendia reger também a responsabilização civil, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas.

Segundo as novas regras estabelecidas pela Lei nº 9.605/1998, é correto afirmar que:

- (A) a desconsideração da pessoa jurídica pode ser feita quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos civis causados à qualidade do meio ambiente;
- (B) as decisões de órgãos colegiados, no interesse ou benefício da pessoa jurídica, não são relevantes na responsabilização criminal da pessoa jurídica, que é objetiva;
- (C) o valor mínimo da multa administrativa é de R\$ 500,00 e o máximo é de R\$ 50 milhões, podendo este ser triplicado, em caso de reincidência específica;
- (D) o crime de apresentação de laudo total ou parcialmente falso ou enganoso, incluído em 2008, não possui a modalidade culposa e tem pena de reclusão de três a cinco anos e multa;
- (E) operar sem licença ambiental é um crime que possui pena de reclusão, de um a três anos, e multa, aplicando-se inclusive para descumprimentos de condicionantes ambientais.

**22**

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei nº 9.985/2000) traz um capítulo sobre a criação, a implantação e a gestão das unidades de conservação, que precisam de recursos financeiros para essa finalidade. Tais recursos podem, entre outros, advir do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos de significativo impacto ambiental por meio da Compensação Ambiental. A Compensação Ambiental (CA), contida na referida legislação, possui critérios específicos para sua exigência.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a fixação do percentual a ser destinado a título de CA, após audiência pública, é feita em conjunto e de comum acordo pelo órgão ambiental e o empreendedor, após sugestão do Ministério Público;
- (B) os empreendimentos realizados nos estados da federação de menor porte podem destinar percentuais a título de CA inferiores a 0,5% dos seus custos totais;
- (C) os recursos da CA são utilizados de diversas maneiras conforme o regulamento e não podem ser aplicados para criação de novas unidades;
- (D) o apoio à implantação e manutenção de unidades de conservação, por meio da CA, poderá ser feito por meio de obrigações de fazer ou de dar, ou seja, direta ou indiretamente;
- (E) as unidades de conservação do grupo de uso sustentável não podem ser beneficiárias dos recursos da CA, ainda que sejam afetadas pelo empreendimento.

**23**

As mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais evidente na sociedade, ocasionando desastres ambientais, como longos períodos de seca e intensas enchentes. Essas alterações impactam profundamente o cotidiano das pessoas, comprometendo a previsibilidade anteriormente existente em relação ao clima.

A Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), é fundamental para a articulação entre desenvolvimento econômico, social e ambiental no Brasil.

Considerando os seus princípios e diretrizes, um dos objetivos estratégicos estabelecidos por essa lei é:

- (A) promover a desregulamentação das atividades econômicas que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, visando ao aumento da competitividade;
- (B) estabelecer um sistema de gestão e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa, visando à redução das vulnerabilidades e à promoção da adaptação das comunidades e ecossistemas;
- (C) centralizar as decisões administrativas sobre políticas climáticas em órgãos federais, excluindo a participação de estados e municípios, quando necessário;
- (D) priorizar o uso de tecnologias sem eficiência energética em setores industriais antigos como forma de reduzir custos operacionais;
- (E) incentivar a exploração de recursos naturais sem a necessidade de avaliações de impacto ambiental quando este for médio ou baixo.

**24**

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme apresentado no Relatório Brundtland, refere-se a um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O relatório destaca a importância de uma abordagem holística e colaborativa para enfrentar os desafios globais, promovendo um desenvolvimento que seja sustentável em diversas dimensões.

A noção de desenvolvimento sustentável, nesse contexto, pode ser definida como:

- (A) a viabilização do crescimento econômico ilimitado a partir dos recursos naturais, mitigando sempre que possível os impactos ambientais decorrentes, de modo a maximizar os benefícios de sustentabilidade reais de longo prazo;
- (B) a redução das desigualdades sociais, em detrimento das ambientais, a partir do uso dos recursos naturais para a promoção de um desenvolvimento econômico perene e contínuo;
- (C) a integração entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, buscando um equilíbrio que permita o progresso humano e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras;
- (D) a consideração das pegadas ambientais, com foco no aspecto social, por meio do qual são realizados empreendimentos econômicos direcionados ao progresso da sociedade atual;
- (E) a promoção do desenvolvimento social e ambiental da sociedade possui ordem de importância maior do que a dimensão econômica, sendo necessária a redução do desenvolvimento econômico nas sociedades desenvolvidas.

**25**

A Lei Complementar (LC) nº 140/2011 trouxe a solução para vários temas polêmicos em matéria ambiental, bem como introduziu algumas inovações relevantes para cooperação entre os entes federados.

Relativamente ao licenciamento ambiental, é correto afirmar, a partir do contido na LC nº 140/2011, que:

- (A) a competência para lavratura de auto de infração e abertura de processo administrativo para a sua apuração não está relacionada com a competência do órgão licenciador do empreendimento;
- (B) os empreendimentos mais sensíveis e estratégicos de energia e de infraestrutura poderão ser licenciados ambientalmente por mais de um ente federativo, quando assim for solicitado pelo Ministério Público;
- (C) os critérios definidos para o licenciamento ambiental são a significância do impacto e a abrangência, em detrimento dos demais, não se aplicando critérios por tipos de empreendimentos;
- (D) a supressão de vegetação em empreendimentos lineares licenciados pelo órgão ambiental federal é autorizada pelo ente federativo estadual em processo administrativo específico;
- (E) a repartição de competência para o licenciamento ambiental é feita por tipologia e localização, sendo a competência dos órgãos ambientais estaduais residual em relação à do órgão ambiental federal.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

26

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o órgão competente do Poder Legislativo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento da norma que dispõe sobre o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados;
- (B) a Lei prevê que os órgãos federais de fomento à pesquisa poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra, mas não traz essa previsão em relação aos órgãos distritais e estaduais;
- (C) a assistência religiosa é assegurada aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade;
- (D) a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará, a cada dez anos, pesquisa destinada a identificar o percentual de ocupação por parte de segmentos étnicos e raciais no âmbito do setor público, a fim de obter subsídios direcionados à implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR);
- (E) a Lei nº 14.553/2023, que promoveu alterações no Estatuto da Igualdade Racial, estabeleceu a obrigatoriedade de os empregadores do setor público e privado incluírem um campo para identificação étnico e racial em documentos e registros trabalhistas.

27

A igualdade de gênero é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). É o tema do ODS 5, que tem como metas o fim da discriminação (5.1) e da violência (5.2) contra mulheres e meninas; a garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (5.5); reformas que levem a direitos iguais à propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais (5.a), dentre outras.

Sobre o tema, analise as definições a seguir.

- I. Identidade de gênero: gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.
- II. Assimetrias de gênero: desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.
- III. Equidade de gênero: igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens e mulheres.
- IV. Sexismo: sequência sócio-histórica de discriminações que reforçam possibilidades de ocupar lugares ou afirmam não lugares para as pessoas de acordo com o gênero.

Estão corretas as definições:

- (A) I e II, apenas;
- (B) II e III, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II e III, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

28

Em 2004, o Decreto nº 5.296 foi promulgado para regulamentar a Lei nº 10.048/2000, que confere atendimento prioritário a determinado grupo de pessoas, dentre elas, as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade àquele mesmo grupo de pessoas.

Com base nesses atos normativos e na legislação pertinente, é correto afirmar que:

- (A) o Decreto nº 5.296/2004 estabelece que o atendimento imediato é aquele prestado aos seus beneficiários, antes de qualquer outra pessoa e antes mesmo de concluído o atendimento que estiver em andamento;
- (B) a prioridade fica condicionada à avaliação médica, em face da gravidade dos casos a atender, apenas nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos de atendimento à saúde;
- (C) os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa portadora de deficiência visual ou com mobilidade reduzida em todos os locais onde a intensidade do fluxo de veículos ou de pessoas, ou a periculosidade na via, assim determinarem, bem como mediante solicitação dos interessados;
- (D) o tratamento diferenciado está especificado no Decreto nº 5.296/2004 de forma exaustiva, ou seja, não pode ser interpretado de forma extensiva nem abarca outras hipóteses que porventura surjam;
- (E) o Decreto nº 5.296/2004 conceitua como edificações de uso público aquelas destinadas às atividades de natureza hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza.

**29**

Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-Parte.

De acordo com o referido tratado internacional, o requisito indispensável de admissibilidade de uma petição ou comunicação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em qualquer hipótese, é:

- (A) a existência de litispendência internacional;
- (B) a apresentação da petição no modo impresso;
- (C) o esgotamento dos recursos da jurisdição interna do país;
- (D) a apresentação da petição no prazo de seis meses a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;
- (E) a presença, na petição, do nome, nacionalidade, profissão, domicílio e assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que a submeter.

**30**

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu 17 objetivos globais, chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem implementados até 2030. Os objetivos e metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) firmaram, em 2019, um pacto com a ONU pela implementação dos ODS no Poder Judiciário e Ministério Público.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) um dos esforços previstos no Pacto pela implementação dos ODS da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público é capacitar os operadores do Direito, servidores e equipes técnicas nos princípios, diretrizes e estratégias representados pela Agenda 2030;
- (B) o Pacto firmado entre CNJ, CNMP e ONU envolve a transferência de recursos financeiros entre os pactuantes para os custos operacionais relacionados à Agenda 2030;
- (C) os ODS devem ser integral e obrigatoriamente implementados pelos Estados-membros da ONU que se comprometeram a tomar as medidas para promover o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030;
- (D) o Pacto firmado entre CNJ, CNMP e ONU prevê o intercâmbio de informações e documentos, sem que haja necessidade de mantê-los em confidencialidade pelas partes, desde que estas acordem entre si;
- (E) o Pacto pela implementação dos ODS da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público tem como objeto principal realizar eventos de sensibilização e debate das temáticas relacionadas à Agenda 2030.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

**31**

Um estagiário do Ministério Público da União foi instado por seu superior hierárquico a apresentar três elementos fundamentais que norteiam o programa de integridade da instituição, ocasião em que enumerou os seguintes:

- I. construção colaborativa de um ambiente eticamente saudável;
- II. sustentabilidade e responsabilidade social;
- III. fundacionismo e difusão do conhecimento.

O superior hierárquico observou, em relação aos três elementos fundamentais indicados, que está(ão) correto(s):

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**32**

Após realizar todas as diligências possíveis, determinado procurador da República entendeu inexistirem indícios suficientes de autoria da infração penal objeto de apuração em procedimento de investigação criminal, decidindo que ele deveria ser arquivado. Após as comunicações necessárias, recebeu um arrazoado da vítima, que defendia a necessidade de ser ajuizada ação penal pública em face do investigado, considerando as provas existentes nos autos, com o que não concordou o membro do Ministério Público ao reanalisar o caso.

Na situação descrita, é correto afirmar que o referido juízo de valor a respeito do arquivamento:

- (A) se tornou definitivo;
- (B) deve ser revisto pelo procurador-geral da República;
- (C) deve ser revisto por uma Câmara de Coordenação e Revisão;
- (D) deve ser revisto pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- (E) deve ser revisto pelo Poder Judiciário, que pode decidir pelo ajuizamento da ação penal.

**33**

Após uma discussão entre vizinhos hipossuficientes economicamente, as animosidades cresceram e alcançaram a generalidade das respectivas famílias. Uma das famílias assumiu postura belicosa e passou a reiteradamente bloquear a entrada da garagem da residência da outra família, o que impedia a saída do veículo existente no local, utilizado para comercializar gêneros alimentícios e assegurar o sustento da respectiva família, afrontando, com isso, a liberdade de ir e vir. Em razão desse quadro, membros da família prejudicada encaminharam representação ao procurador dos direitos do cidadão.

À luz da Lei Complementar nº 75/1993, na situação descrita, o procurador deve:

- (A) arquivar de plano a representação, considerando não possuir atribuição, sem qualquer encaminhamento dos envolvidos;
- (B) encaminhar os elementos de informação ao Ministério Público Estadual competente;
- (C) ajuizar a medida judicial cabível, para assegurar a efetividade do direito fundamental violado;
- (D) encaminhar os envolvidos à câmara de conciliação da Procuradoria dos Direitos do Cidadão;
- (E) encaminhar os membros da família, com os elementos colhidos, à Defensoria Pública competente.

**34**

João e Maria são servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Ambos tiveram desenvolvimento em suas respectivas carreiras: João passou do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe subsequente, enquanto Maria passou de um padrão para o seguinte dentro da mesma classe.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) João foi removido;
- (B) apenas João mudou de cargo;
- (C) Maria obteve promoção funcional;
- (D) ambos observaram o interstício de seis meses na posição inicial em que se encontravam;
- (E) apenas João precisou participar de curso de aperfeiçoamento ou de programa de capacitação.

**35**

Durante um evento realizado na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em comemoração ao aniversário de edição de determinado diploma normativo, a entidade Alfa, que fora escolhida para organizar o referido evento, ofereceu brindes a alguns servidores, alegadamente a título de cortesia. Em dúvida sobre a possibilidade de recebê-los, os servidores formularam consulta à Comissão Permanente de Ética (CPE).

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) os servidores podem receber os brindes oferecidos por Alfa, e a CPE exerce função consultiva;
- (B) a CPE é órgão decisório, não consultivo; logo, a consulta formulada pelos servidores não pode ser conhecida;
- (C) os servidores não podem receber os brindes oferecidos por Alfa, que tem interesse direto nos serviços institucionais;
- (D) os servidores somente não podem receber os brindes oferecidos por Alfa se atuarem no setor de licitações e contratos da ESMPU;
- (E) a juridicidade do recebimento dos brindes oferecidos por Alfa deve ser avaliada conforme haja, ou não, autorização expressa do superior hierárquico dos servidores.

## Conhecimentos Específicos

**36**

Um grupo de deputados federais iniciou discussões em relação à conformidade constitucional, ou não, de uma proposição legislativa que tencionavam apresentar, com o objetivo de autorizar os estados e o Distrito Federal a exercerem competências legislativas privativas da União.

Após analisar a Constituição da República, o grupo entendeu, corretamente, que a referida proposição é:

- (A) constitucional, desde que tenha a forma de lei delegada;
- (B) constitucional, desde que tenha a forma de projeto de lei complementar;
- (C) inconstitucional, pois as competências legislativas privativas são indelegáveis;
- (D) inconstitucional, pois a iniciativa legislativa é privativa do chefe do Poder Executivo;
- (E) constitucional, pois os estados e o Distrito Federal podem suplementar as normas editadas pela União.

**37**

Com estrita observância do devido processo legal, João foi condenado, em sentença transitada em julgado, pelo órgão jurisdicional competente do país Sigma, em uma ação ajuizada por Maria. Como João é brasileiro e passou a residir no território brasileiro no curso da referida relação processual, Maria almejava que a sentença que lhe era favorável produzisse efeitos no Brasil. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que o objetivo de Maria:

- (A) não pode ser alcançado, por afrontar a soberania nacional;
- (B) pressupõe a homologação da sentença pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (C) pressupõe a homologação da sentença pelo Supremo Tribunal Federal;
- (D) pode ser alcançado com a execução da sentença perante o juiz federal competente;
- (E) pode ser alcançado com a execução da sentença perante o Supremo Tribunal Federal.

**38**

Joana, empregada de sociedade de economia mista federal que explora atividade econômica em sentido estrito, estava prestes a completar 75 anos de idade. Como a referida idade acarretou a aposentadoria compulsória de sua amiga Ivana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, Joana consultou um especialista na matéria em relação à sua situação jurídica.

Foi corretamente explicado à consulente que ela:

- (A) deve ser aposentada compulsoriamente, observado o tempo mínimo de contribuição previdenciária;
- (B) está enquadrada no mesmo regime de previdência social de Ivana; logo, está sujeita às mesmas regras;
- (C) está enquadrada no regime geral de previdência social, mas pode ser aposentada compulsoriamente caso a lei assim disponha;
- (D) está enquadrada no regime geral de previdência social, não sendo alcançada pelas regras de aposentadoria compulsória aplicadas a Ivana;
- (E) pode optar por se aposentar, recebendo o benefício previdenciário decorrente do tempo de contribuição, e continuar a exercer as funções afetas ao emprego público.

**39**

Maria, servidora pública federal especializada em gestão orçamentária, foi incumbida por seu superior hierárquico de analisar os aspectos constitucionais afetos à elaboração da proposta de orçamento anual da seguridade social, considerando as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Após analisar a sistemática constitucional, Maria concluiu, corretamente, que a proposta deve:

- (A) considerar apenas as fontes de custeio de natureza constitucional, sendo vedada a criação de outras no plano infraconstitucional;
- (B) considerar a unicidade da seguridade social, de modo a viabilizar a gestão integrada da saúde, da previdência social e da assistência social;
- (C) ser elaborada de maneira segmentada, de modo que as áreas de saúde, previdência social e assistência social sejam consideradas isoladamente;
- (D) considerar a solidariedade da seguridade social, de modo que os benefícios prestacionais estejam sempre associados à contrapartida do beneficiário;
- (E) ser elaborada de maneira integrada pelos órgãos das áreas de saúde, previdência social e assistência social, cabendo a cada área a gestão dos respectivos recursos.

**40**

Após o regular processo legislativo, foi publicada a Lei Complementar Federal nº X, que integrou a eficácia de determinada norma constitucional e dispôs sobre alguns aspectos afetos às finanças públicas. Por ocasião da regulamentação desse diploma normativo, o decreto do presidente da República afrontou os seus limites.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, alguns senadores concluíram, corretamente, que:

- (A) o Congresso Nacional pode sustar o decreto;
- (B) o Congresso Nacional pode determinar que o presidente da República revogue o decreto;
- (C) o decreto não produz efeitos naquilo que destoe da Lei Complementar Federal nº X; logo, não há nenhuma medida a ser adotada;
- (D) somente é possível que o chefe do Poder Executivo, observado o devido processo legal, seja responsabilizado pelo ato que afrontou a Lei Complementar Federal nº X;
- (E) somente é possível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, em razão da usurpação da função legislativa, o que deve ser feito por um legitimado.

**41**

Pedro, servidor do Ministério Público da União cujo pai é governador do estado Alfa, almeja concorrer ao cargo eletivo de prefeito do município Beta, situado no território de Alfa. No entanto, tinha dúvidas em relação à existência de alguma causa de inelegibilidade de natureza constitucional ou mesmo quanto à possibilidade de acumular a remuneração das funções de servidor e prefeito de Beta, caso pudesse concorrer na eleição e viesse a ser eleito.

Ao fim de suas reflexões, Pedro concluiu, corretamente, que, preenchidos os requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional, está:

- (A) elegível e, ao ser investido no mandato eletivo de prefeito, deve ser afastado do seu cargo, mas pode optar pela remuneração deste último;
- (B) inelegível, ressaltando-se que o servidor público investido no mandato eletivo de prefeito deve ser afastado do seu cargo, mas pode optar pela remuneração deste último;
- (C) elegível e, investido no mandato eletivo de prefeito, pode permanecer no seu cargo, se houver compatibilidade de horários, e receber o valor total de ambas as remunerações;
- (D) inelegível, ressaltando-se que o servidor público investido no mandato eletivo de prefeito pode permanecer no seu cargo, se houver compatibilidade de horários, e receber o valor total de ambas as remunerações;
- (E) inelegível, ressaltando-se que o servidor público, investido no mandato eletivo de prefeito, pode permanecer no seu cargo, se houver compatibilidade de horários, e receber ambas as remunerações, observado o teto constitucional.

**42**

Em determinada relação processual, o autor da ação sustentou que o seu direito à honra foi violado em razão de expressões ofensivas exaradas pelo réu, o que o levou a pedir a reparação dos danos morais que sofrera. O réu, por sua vez, argumentou que deveria ser reconhecido o seu direito fundamental à liberdade de expressão.

O órgão jurisdicional competente, ao julgar a demanda, decidiu, corretamente, que:

- (A) o direito do autor, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do réu;
- (B) o direito preponderante, considerado de modo abstrato, também será preponderante na situação concreta;
- (C) o direito do réu, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do autor;
- (D) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas;
- (E) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, devem ser ponderados conforme as circunstâncias do caso concreto.

**43**

Maria ajuizou ação em face de autarquia previdenciária, pleiteando a condenação desta a lhe conceder a pensão por morte de servidor com o qual, alegadamente, manteve união estável e de quem era financeiramente dependente.

A autora incluiu no polo passivo de sua demanda a autarquia e, também, o seu filho José, menor de idade, que já recebia o benefício previdenciário em questão e cujo quinhão poderia ser reduzido na hipótese de acolhimento do pedido.

Constatando a colidência de interesses entre a demandante e o seu filho, deverá o juiz da causa:

- (A) determinar a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique advogado para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (B) decretar a suspensão do processo, até que seja constituído advogado próprio para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (C) decretar a suspensão do processo, até que o réu incapaz atinja a maioridade civil;
- (D) nomear curador especial para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (E) extinguir o processo sem resolução do mérito, dada a ausência de pressuposto processual de validade.

**44**

André intentou ação de cobrança de obrigação contratual em face de Bruno, que, regularmente citado, ofertou contestação tempestiva, na qual, em síntese, negava a existência do próprio contrato e pugnava pela improcedência do pedido.

Alguns dias depois, Bruno ajuizou ação em face de André, pleiteando a declaração judicial da inexistência da relação jurídico-contratual alegada na petição inicial da primeira demanda.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) o segundo processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, em razão da falta de pressuposto de existência;
- (B) o segundo processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, em razão da falta de pressuposto de validade;
- (C) o segundo processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, em razão da falta de interesse de agir;
- (D) ambos os processos devem tramitar separadamente, até que os respectivos méritos sejam julgados;
- (E) ambos os processos devem tramitar em apenso, até que os respectivos méritos sejam julgados.

**45**

A gratuidade de justiça NÃO pode ser deferida:

- (A) ao litigante que tenha a causa patrocinada por advogado particular;
- (B) ao sucessor processual do beneficiário que não a tenha requerido em seu próprio favor;
- (C) à parte autora que não a tenha requerido na petição inicial de sua demanda;
- (D) à parte autora que seja estrangeira;
- (E) à parte autora que seja pessoa jurídica.

**46**

Um promotor de Justiça, amparado pela lei, ajuizou uma ação de investigação de paternidade em face de João, para reconhecê-lo como pai de José, uma vez que percebera que Maria, genitora do menor José, não pretendia intentar demanda em face do suposto genitor de seu filho.

Quanto aos sujeitos desse processo, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público detém legitimidade extraordinária;
- (B) Maria detém legitimidade ordinária ativa;
- (C) José detém legitimidade extraordinária ativa;
- (D) o promotor de Justiça é o representante legal de Maria;
- (E) João detém legitimidade extraordinária.

**47**

Um advogado, com suficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios de um processo, propôs uma demanda e requereu o benefício da gratuidade de justiça para o seu cliente, que era desprovido de qualquer recurso financeiro. A gratuidade de justiça foi concedida integralmente. Sobreveio sentença que julgou procedente o pedido, mas, pela ótica do advogado, os honorários de sucumbência, fixados em seu favor, foram de valor aquém do devido.

Pretendendo recorrer apenas quanto ao valor desses honorários advocatícios, é correto afirmar que o referido advogado:

- (A) não precisará pagar pelas custas do recurso, uma vez que a gratuidade foi concedida integralmente;
- (B) não poderá recorrer da sentença, devendo majorar seus honorários sucumbenciais pela via própria;
- (C) não precisará pagar pelas custas do recurso, mas pagará pelas custas relativas à distribuição;
- (D) deverá pagar pelas custas de todo o processo, inclusive as do recurso;
- (E) deverá pagar pelas custas do recurso, inclusive com o devido preparo.

**48**

Durante a vigência do Código de Processo Civil anterior, a Procuradoria da Fazenda Pública foi citada no processo para contestar o pedido, cuja regra processual previa a fluência do prazo contado em quádruplo. Todavia, a nova legislação processual civil começou a vigor durante a fluência desse prazo de resposta.

Sabendo-se que esse novo Código estabeleceu o prazo contado em dobro para o poder público apresentar sua resposta e que as normas processuais novas se aplicam aos processos pendentes, é correto afirmar que o prazo da contestação daquele processo para a Fazenda Pública será contado em:

- (A) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma processual atinge o ato jurídico pendente de manifestação;
- (B) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma atinge todos os processos;
- (C) quádruplo, uma vez que a aplicação imediata da norma processual não incide na retroatividade da lei para atingir o ato jurídico perfeito e o direito adquirido;
- (D) quádruplo, uma vez que aplicação imediata da norma processual não deverá incidir nos processos já instaurados sob a égide da lei anterior;
- (E) quádruplo, uma vez que a aplicação imediata da norma processual deverá ocorrer após a publicação da sentença, respeitando-se o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.

**49**

Em uma determinada seção judiciária, foi instalada uma vara especializada em matéria fazendária. Nesse sentido, os processos relativos a essa matéria, que tramitavam em outro juízo, foram remetidos para essa nova vara.

Do ponto de vista processual, é correto afirmar que essa redistribuição dos processos:

- (A) violou o princípio da territorialidade, uma das garantias decorrentes do princípio do devido processo legal;
- (B) violou o princípio da inafastabilidade da jurisdição, garantia fundamental que exige um juízo competente;
- (C) não violou o princípio da economia processual, mas sim o princípio do devido processo legal e do contraditório;
- (D) não violou o princípio do juiz natural, uma vez que a criação de novas varas foi uma regra geral, abstrata e impessoal;
- (E) não violou o princípio da inafastabilidade, mas sim o princípio do contraditório, uma vez que não permitiu a manifestação prévia das partes.

**50**

Matheus responde, em juízo, pela prática do crime de desobediência, praticado no contexto de uma abordagem realizada por policiais rodoviários federais. No curso da ação penal, o juízo chamou o feito à ordem e extinguiu, corretamente, a punibilidade do acusado, ao argumento de que, entre a data do recebimento da denúncia e o presente momento (instrução processual), já haviam transcorrido mais de três anos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus foi beneficiado pelo instituto da:

- (A) *abolitio criminis*;
- (B) perdão judicial;
- (C) perempção;
- (D) decadência;
- (E) prescrição.

**51**

José, reincidente em crime doloso, aos 69 anos de idade, praticou o crime de tráfico de influência. Em juízo, durante a instrução processual, o acusado confessou a prática delitiva. Registre-se que, antes da prolação da sentença, José completou 70 anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que José terá a pena agravada na:

- (A) primeira fase da dosimetria, em razão da reincidência, e atenuada, por força da confissão espontânea. Contudo, o agente não faz jus à redução das sanções com base na sua idade, por não ter 70 anos na data do crime;
- (B) segunda fase da dosimetria, em razão da reincidência, e atenuada, por força da confissão espontânea. Contudo, o agente não faz jus à redução das sanções com base na sua idade, por não ter 70 anos na data do crime;
- (C) terceira fase da dosimetria, em razão da reincidência, e atenuada, por força da confissão espontânea. Contudo, o agente não faz jus à redução das sanções com base na sua idade, por não ter 70 anos na data do crime;
- (D) segunda fase da dosimetria, em razão da reincidência, e atenuada, por força da confissão espontânea e por ter mais de 70 anos na data da sentença;
- (E) terceira fase da dosimetria, em razão da reincidência, e atenuada, por força da confissão espontânea e por ter mais de 70 anos na data da sentença.

**52**

Após investigação realizada, em conjunto, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, Daniel e Caio foram presos em flagrante quando desembarcavam, com o auxílio de terceiros que lograram se evadir, toneladas de mercadorias importadas do Paraguai e que são proibidas no Brasil. Apreendeu-se, ainda, o caminhão empregado no transporte dos produtos, por meio rodoviário. Registre-se que os referidos bens não possuem qualquer relação com as proibições descritas na Lei de Drogas e no Estatuto do Desarmamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Daniel e Caio responderão pela prática do(s) delito(s) de:

- (A) contrabando e descaminho, em concurso, sendo certo que a prática dos crimes em transporte rodoviário não enseja a aplicação da pena em dobro;
- (B) contrabando, sendo certo que a prática do crime em transporte rodoviário não enseja a aplicação da pena em dobro;
- (C) descaminho, sendo certo que a prática do crime em transporte rodoviário não enseja a aplicação da pena em dobro;
- (D) contrabando, sendo certo que a pena será duplicada, em razão da prática do crime em transporte rodoviário;
- (E) descaminho, sendo certo que a pena será duplicada, em razão da prática do crime em transporte rodoviário.

**53**

Jonas, servidor público em uma repartição pública federal, percebeu a existência de um belo relógio ornando a entrada do gabinete de seu chefe. Embora não tivesse a posse do relógio, Jonas o subtraiu, em proveito próprio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Jonas responderá pelo crime de:

- (A) condescendência criminosa;
- (B) advocacia administrativa;
- (C) prevaricação;
- (D) concussão;
- (E) peculato.

**54**

Maurício, Lucas e João foram presos em flagrante pela prática de determinado crime contra a Administração Pública federal. No curso da ação penal, Maurício confessou a perpetração dos fatos que lhe foram imputados. Por sua vez, a defesa de Lucas comprovou que a sua participação na empreitada delituosa foi de menor importância. Os advogados de João, a seu turno, demonstraram que ele quis participar de crime menos grave, embora tenha sido previsível o resultado mais gravoso.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) Lucas e João não têm direito a qualquer benefício penal, já que praticaram o crime em concurso de pessoas com Maurício, o qual, em juízo, confessou os fatos;
- (B) Lucas poderá ter a pena diminuída de um sexto a um terço. João, por sua vez, estará sujeito à pena do crime menos grave, a qual será aumentada até a metade;
- (C) João estará sujeito à pena do crime efetivamente praticado, a qual será reduzida até a metade. Lucas, por sua vez, não tem direito a qualquer benefício penal;
- (D) João estará sujeito à pena do crime menos grave, a qual será aumentada até a metade. Lucas, por sua vez, não tem direito a qualquer benefício penal;
- (E) Lucas poderá ter a pena diminuída de um sexto a um terço. João, por sua vez, não tem direito a qualquer benefício penal.

**55**

Mário, maior e capaz, no pleno gozo de suas faculdades mentais, compareceu à sede da Justiça Federal no estado do Amazonas, tendo sido ouvido, na qualidade de testemunha, em uma ação penal que apura a prática de um crime contra a Administração Pública. Registre-se que, na referida ação penal, houve, ainda, a participação de Lucas, na qualidade de intérprete. Finda a instrução processual, ao analisar os autos para apresentação de alegações finais, o procurador da República concluiu que Mário e Lucas fizeram afirmações falsas em juízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) Mário responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Lucas não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (B) Lucas responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Mário não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (C) Mário e Lucas responderão pelo crime de denunciação caluniosa;
- (D) Mário e Lucas responderão pelo crime de fraude processual;
- (E) Mário e Lucas responderão pelo crime de falso testemunho.

**56**

Caio, ocupante de um cargo em comissão no âmbito de uma empresa pública federal, solicitou diretamente, para si, vantagem indevida do particular Lucas, com o objetivo de deixar de praticar determinado ato de ofício, em benefício do último. Contudo, Lucas, irrisignado com a proposta recebida, comunicou os fatos às autoridades competentes, não efetuando qualquer pagamento ao referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio:

- (A) responderá pelo crime de corrupção passiva, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- (B) responderá pelo crime de corrupção ativa, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- (C) responderá pelo crime de corrupção ativa qualificado, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- (D) não responderá criminalmente, já que a vantagem indevida não foi recebida;
- (E) não responderá criminalmente, por não ser titular de cargo efetivo.

**57**

Melquisedeque, técnico do Ministério Público da União, foi nomeado agente de contratação para a licitação de novos drones para as operações investigativas do órgão.

Nessa situação, Melquisedeque deverá garantir a publicidade:

- (A) do orçamento estimado da contratação e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas;
- (B) da minuta de contrato, dos termos de referência, do anteprojeto e dos projetos;
- (C) do conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- (D) dos dados pessoais tratados no curso da licitação, independentemente do consentimento dos seus titulares;
- (E) do preço estimado ou do máximo aceitável, salvo quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

58

Investigações promovidas pelo Ministério Público Federal reuniram evidências de que Wesley, gestor público federal, utilizou, em obras de sua casa em Campos do Jordão/SP, os serviços de empreiteira que havia sido contratada pela União para a reforma de um prédio público federal. Os serviços prestados em caráter particular foram custeados com recursos do contrato administrativo firmado com a União.

Nessa situação, é correto afirmar que a medida de indisponibilidade de bens por ato de improbidade administrativa:

- (A) deve ser requerida incidentalmente em ação por improbidade administrativa, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito;
- (B) exige a demonstração da probabilidade da ocorrência dos atos de improbidade administrativa, com fundamento nos respectivos elementos de instrução, sendo presumida a urgência;
- (C) não pode atingir a quantia de até 40 salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente;
- (D) não pode atingir o bem de família do réu, ainda que comprovado ser o imóvel fruto de vantagem patrimonial indevida;
- (E) pode gerar o bloqueio de contas bancárias, ainda que existam outros bens móveis ou imóveis capazes de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

59

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, quanto aos pedidos de acesso a informações de interesse público, é correto afirmar que:

- (A) é dever dos órgãos e entidades do poder público viabilizar, em qualquer caso, alternativa de encaminhamento desses pedidos por meio de seus sítios oficiais na *internet*;
- (B) devem conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação;
- (C) a informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que requerida em meio impresso, independentemente da anuência do requerente;
- (D) a informação solicitada deve ser fornecida diretamente pelo órgão ou entidade, mesmo que esteja disponível ao público em meio de acesso universal;
- (E) o serviço de busca e de fornecimento da informação será gratuito ao requerente quando exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

60

Quanto ao Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) tem poder para recomendar providências ou expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, vedada a expedição de atos normativos autônomos;
- (B) possui atuação normativa limitada ao âmbito federal, cabendo a cada estado-membro estabelecer, por lei complementar, a organização, as atribuições e o estatuto do respectivo Ministério Público;
- (C) não possui competência para fixar, por resolução, cautelas procedimentais para proteção de dados sigilosos e garantia da efetividade dos elementos de prova colhidos via interceptação telefônica;
- (D) se justifica o controle dos seus atos pelo Supremo Tribunal Federal em caso de injuridicidade ou manifesta irrazoabilidade;
- (E) possui competência para rever os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos estados julgados há menos de um ano, desde que mediante provocação.

61

A União utilizou um terreno privado não edificado para o alojamento de operários e alocação de máquinas, com o objetivo de realizar a pavimentação de uma estrada federal. Ao fim da obra, o terreno foi devolvido ao particular.

É correto afirmar que a modalidade de intervenção do Estado na propriedade ocorrida nessa hipótese é:

- (A) a limitação administrativa;
- (B) a requisição;
- (C) o tombamento;
- (D) a servidão administrativa;
- (E) a ocupação temporária.

62

O serviço de iluminação pública é um serviço público:

- (A) *uti singuli*, que pode ser remunerado por taxa;
- (B) *uti universi*, que pode ser remunerado por taxa;
- (C) *uti singuli*, que não pode ser remunerado por taxa;
- (D) *uti universi*, que não pode ser remunerado por taxa;
- (E) *uti singuli*, que pode ser remunerado por tarifa.

63

Determinada pessoa jurídica de direito privado descumpriu norma administrativa de proteção ao meio ambiente, causando dano ambiental. O Ministério Público apurou a situação e propôs a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Nessa situação, é correto afirmar que o termo de ajustamento de conduta:

- (A) tem natureza jurídica de título executivo judicial, independentemente do momento em que for celebrado;
- (B) não depende de homologação judicial quando celebrado extrajudicialmente;
- (C) pode incluir concessões do *parquet* que impliquem renúncia a direitos difusos;
- (D) pode incluir concessões do *parquet* que impliquem renúncia a direitos coletivos em sentido estrito;
- (E) pode incluir concessões do *parquet* que impliquem renúncia a direitos individuais homogêneos.

64

Adele é usuária do serviço de distribuição de energia elétrica em Jundiá/SP. Enquanto usuária desse serviço, Adele tem direito:

- (A) à limitação do reajuste da tarifa à periodicidade anual e ao menor índice calculado pelos órgãos oficiais durante o exercício;
- (B) a apresentar manifestações perante a Administração Pública acerca da prestação de serviços públicos, vedada a exigência de meio de certificação da identidade do usuário;
- (C) a ser indenizada em caso de falha dolosa ou culposa na prestação do serviço, respeitada a presunção de boa-fé da concessionária;
- (D) a ser comunicada previamente, em caso de inadimplemento, do dia a partir do qual será realizado o desligamento do serviço, necessariamente durante horário comercial;
- (E) à autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, salvo quando exigido reconhecimento de firma.

65

João e José, fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal, em regular diligência no interior da unidade de conservação Alfa, pilotavam um drone para verificar a ocorrência de dano ambiental quando, por acidente, provocaram a queda indevida do equipamento, causando danos materiais à cidadã Maria, que caminhava regularmente pela região, em área permitida.

No caso em tela, Maria deve manejar ação indenizatória em face:

- (A) da União, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo dispensada a comprovação de dolo ou culpa de João e José;
- (B) do ICMBio, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa de João e José;
- (C) de João e José, pois foram os responsáveis diretos pelo dano causado, não podendo a União ou o ICMBio ser diretamente responsabilizados, mas sim subsidiariamente, pelo princípio da supremacia do interesse público;
- (D) da União, pois os agentes responsáveis pelo dano são servidores públicos de autarquia federal, com base no poder hierárquico exercido pela União sobre a autarquia;
- (E) do ICMBio, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo dispensada a comprovação de dolo ou culpa de João e José.

66

Certa organização enfrentou, recentemente, problemas de perda de produtividade, piora significativa na qualidade dos serviços prestados e vazamento de informações relevantes. Preocupada com a situação, a alta direção da organização quer adotar controles preventivos, a fim de evitar que os problemas se repitam e garantir que as melhorias necessárias possam ser adequadamente planejadas.

São formas de controle preventivo:

- (A) supervisão direta; códigos de ética;
- (B) testes de qualidade dos produtos; auditoria de processos;
- (C) demonstrativos financeiros; formalização de níveis de alçada decisória;
- (D) regras e normas; inspeção de matérias-primas;
- (E) avaliação de desempenho dos colaboradores; controle estatístico de processos.

67

Ana é uma administradora concursada que trabalha há um ano na área financeira de certa empresa pública. Antes disso, ela trabalhou por cinco anos em um banco privado, mas decidiu fazer concurso público por buscar mais estabilidade na vida profissional. Ao optar por trabalhar na empresa pública, Ana renunciou à remuneração 20% mais alta que recebia no banco – mesmo assim, ela estava satisfeita e motivada com o novo trabalho. Recentemente, Ana soube que o banco implantou uma política de pagamento por desempenho que elevou a remuneração dos empregados em até 60%, enquanto a sua remuneração é a mesma desde que ingressou na empresa pública. Agora, ela avalia que deveria ter permanecido no banco, pois sua dedicação e esforço no trabalho são iguais no banco e na empresa atual. Ana ficou desmotivada com o trabalho na empresa pública e pensa em voltar para o mercado financeiro.

Com base na teoria motivacional da Equidade/Justiça Organizacional, a situação ilustra uma percepção de inequidade a partir do ponto de referência:

- (A) outro-interno;
- (B) outro-externo;
- (C) próprio-outro;
- (D) próprio-interno;
- (E) próprio-externo.

68

O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de certo item no estoque de um hospital.

Semana	Demanda (unidades)	Entradas (unidades)	Saldo
1	2000		4000
2	2000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	3000	5000	2000

Com base nas informações da planilha, é correto afirmar, para o estoque do item, que (considere um mês com quatro semanas):

- (A) a acuracidade do estoque é de 75%;
- (B) o giro do estoque no primeiro mês foi de 0,86;
- (C) a cobertura geral do estoque no primeiro mês foi de 1,25;
- (D) o estoque médio primeiro mês foi de 1500 unidades;
- (E) a demanda média do primeiro mês foi de 1750 unidades.

**69**

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), publicado em 1995, “tinha como proposta explícita inaugurar a chamada administração gerencial” (Costa, 2008, p. 863). Como proposto no PDRAE, a administração pública gerencial não nega todos os princípios da administração pública burocrática, “da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático” (Mare, 1995, p. 22).

De acordo com o PDRAE, a principal inovação da administração pública gerencial reside no(a):

- (A) controle com foco em resultados;
- (B) controle com foco nos processos;
- (C) orientação pelo princípio da eficácia;
- (D) centralização política e administrativa;
- (E) proibição da competição entre as diversas unidades do Estado.

**70**

O diretor da área de recursos humanos de certa organização afirmou que, em 2024, as principais atividades que realizou no trabalho foram: implementação de práticas de gestão participativa na organização; melhoria das condições de trabalho na organização; e atribuição de prêmios aos melhores funcionários de sua área.

Essas atividades estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) direção; direção; direção;
- (B) direção; organização; direção;
- (C) organização; organização; controle;
- (D) planejamento; direção; direção;
- (E) planejamento; organização; controle.

**71**

Uma determinada organização pública utiliza o *Balanced Scorecard* como ferramenta em sua gestão estratégica. Ao longo dos últimos seis meses, os diretores de finanças, operações e recursos humanos reuniram-se quinzenalmente com suas equipes para garantir o alinhamento de metas e resultados estratégicos, além de identificar problemas operacionais e soluções.

A etapa da administração estratégica a que essa situação faz referência é a de:

- (A) análise do ambiente externo;
- (B) análise do ambiente interno;
- (C) decisão de projetos de inovação;
- (D) formulação estratégica;
- (E) implementação de estratégias.

**72**

Certa organização pública enfrentou, recentemente, problemas de redução do número de atendimentos acompanhada de aumento no consumo de materiais, bem como ausência de informações de atendimento. Preocupada com a situação, a alta direção quer adotar controles simultâneos, a fim de garantir o monitoramento das atividades e sua execução de acordo com os padrões de desempenho.

São formas de controle preventivo:

- (A) demonstrativos financeiros; formalização de autoridade e responsabilidade;
- (B) regras de uso de materiais de consumo; código de ética e disciplina;
- (C) supervisão direta de desempenho; controle estatístico de processos;
- (D) testes de qualidade dos produtos; auditoria contábil-financeira;
- (E) testes de seleção de recursos humanos; inspeção de matérias-primas.

**73**

Leia o excerto a seguir.

“Às vezes a Jurimetria é colocada como se fosse o mesmo que Inteligência Artificial, e outras como se fosse algo completamente diferente. Quando, na verdade, o que essencialmente temos são disciplinas com propósitos diferentes, mas que se alimentam da mesma forma.” (Bárbara Tassoni, “Jurimetria e Inteligência Artificial”. Disponível em: Associação Brasileira de Jurimetria: Jurimetria e Inteligência Artificial).

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- (A) jurimetria é o campo da inteligência artificial que se preocupa com a solução de problemas jurídicos e do sistema de justiça;
- (B) tanto a jurimetria quanto a inteligência artificial têm como fonte exclusiva métodos estatísticos e são aplicáveis à solução de problemas jurídicos e do sistema de justiça;
- (C) tanto a jurimetria quanto a inteligência artificial trabalham com o conceito de áreas neurais, se bem que a jurimetria visa à interoperabilidade entre os órgãos do sistema de justiça;
- (D) a jurimetria projeta os métodos da ciência da computação a problemas de interesse jurídico e do sistema de justiça, ao passo que a inteligência artificial, de aplicação e fontes muito mais amplas, começa agora também a ser empregada no universo do direito;
- (E) tanto a jurimetria quanto a inteligência artificial têm aplicações preditivas, a partir da aplicação de métodos estatísticos, de modo que podem ser empregadas para identificar padrões, antecipar comportamentos e prever eventos futuros.

74

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) consiste em um programa de duração continuada lançado no âmbito do governo federal há quase 30 anos, cujo objetivo de acelerar as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil permanece atual. Entre as ações do programa, destacam-se: transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho.

No âmbito dos instrumentos de planejamento governamental, despesas com programas de duração continuada, a exemplo do PETI:

- (A) devem ser custeadas exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social;
- (B) devem ter suas ações executadas apenas quando os recursos forem indicados na LDO;
- (C) devem ter suas diretrizes e metas estabelecidas no plano plurianual;
- (D) não são consideradas na apuração do resultado primário do exercício;
- (E) podem ser descontinuadas somente a partir de disposições de um novo plano plurianual.

75

Ao final do exercício de 2023, uma entidade pública tinha os seguintes saldos apurados em seu Balanço Patrimonial:

ATIVO FINANCEIRO:

- Disponibilidades (caixa e bancos): R\$ 100.000
- Créditos a receber: R\$ 70.000
- Aplicações financeiras: R\$ 30.000

PASSIVO FINANCEIRO:

- Obrigações a pagar: R\$ 75.000
- Empréstimos e financiamentos: R\$ 25.000

No primeiro trimestre de 2024, para fins de apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior, foi levantado que houve R\$ 43.000 de créditos adicionais transferidos, aos quais havia operações de crédito vinculadas no valor de R\$ 13.000. O primeiro trimestre também registrou abertura de créditos adicionais extraordinários no valor de R\$ 10.000 e apuração de R\$ 7.000 de excesso de arrecadação, além do estimado para o período.

Considerando os dados fornecidos e as disposições da Lei nº 4.320/1964 para abertura de créditos adicionais, o montante de recursos utilizáveis em 2024 do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023 representa:

- (A) R\$ 44.000;
- (B) R\$ 57.000;
- (C) R\$ 60.000;
- (D) R\$ 67.000;
- (E) R\$ 70.000.

76

De acordo com as disposições constitucionais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conterà anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a continuidade daqueles em andamento.

Essa disposição acrescenta que:

- (A) a proporção dos recursos para investimentos será definida integralmente na LDO relativa ao primeiro ano de vigência do PPA;
- (B) as fontes de receitas para os investimentos alocados na LOA devem ser detalhadas no anexo;
- (C) o anexo deve detalhar também os impactos de alterações na legislação tributária autorizadas na LDO;
- (D) o anexo deve englobar o exercício a que se refere a LDO e, pelo menos, os dois exercícios subsequentes;
- (E) os impactos fiscais decorrentes de renúncias de receita devem ser evidenciados no anexo.

77

No início de 2023, um ente público assinou um contrato de prestação de serviços continuados de impressão, cópia e digitalização corporativa (*outsourcing* de impressão), para o qual foi emitida uma nota de empenho, no valor estimado do contrato (R\$ 138.000). No segundo semestre do exercício de 2023, pela necessidade de uma contratação emergencial considerada prioritária, o ente anulou parte do saldo empenhado para a despesa com o serviço de *outsourcing* de impressão para cobrir a necessidade emergencial. Os serviços de impressão continuaram sendo prestados e devidamente atestados, porém não houve saldo de créditos orçamentários suficiente para recompor o empenho dessa despesa, de modo que as medições dos últimos dois meses ficaram em aberto no encerramento do exercício, totalizando R\$ 23.000.

O valor em aberto dessa despesa deverá ser:

- (A) cancelado no encerramento do exercício, em decorrência de não ter empenho registrado;
- (B) inscrito em restos a pagar não processados no encerramento do exercício;
- (C) pago no exercício seguinte à conta de despesas de exercícios anteriores;
- (D) pago por meio da abertura de créditos adicionais no orçamento do exercício seguinte;
- (E) pago por meio de instrumento de reconhecimento de dívida no exercício de sua competência.

**78**

Uma equipe de servidores de um órgão público realizou uma viagem para uma visita técnica, em uma van da frota oficial do órgão. Durante a viagem, a van apresentou defeitos e a despesa para o seu conserto ultrapassou o valor concedido a título de suprimentos de fundos. Para dar continuidade à viagem, o servidor responsável pelo grupo pagou com recursos próprios a diferença entre o valor total do conserto e o suprimento concedido.

Nessa situação hipotética, quando o servidor retornar ao órgão, o valor adicional gasto por ele deve ser restituído por meio de:

- (A) concessão imediata de um novo suprimento de fundos;
- (B) despesa orçamentária, empenhada no elemento 92 (Despesa de Exercícios Anteriores);
- (C) despesa orçamentária, empenhada no elemento 93 (Indenizações e Restituições);
- (D) despesa orçamentária, empenhada no elemento 96 (Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado);
- (E) despesa orçamentária, empenhada no elemento próprio da despesa realizada.

**79**

Na classificação programática da despesa pública, as ações orçamentárias podem ser tipificadas como Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

Na análise do rol de ações previstas na Lei Orçamentária Anual, é necessário considerar que:

- (A) a produção das ações do tipo Projeto contribui para o aperfeiçoamento da ação de governo, mas não se incorpora ao patrimônio público;
- (B) as ações do tipo Atividade mantêm o nível da produção pública;
- (C) as ações do tipo Operação Especial são iniciadas com o dígito 9 e se referem a despesas que contribuem para a expansão das ações de governo;
- (D) as ações relativas a transferências ou repasses a fundo devem ser sempre classificadas como Atividades;
- (E) é facultada a existência de um mesmo projeto em programas diferentes.

**80**

Ao elaborar a proposta do orçamento anual de um município para um determinado exercício, a equipe da secretaria de planejamento optou por não incluir estimativas para receitas de transferências, em decorrência das incertezas quanto ao efetivo recebimento de tais recursos.

Embora esta possa parecer uma decisão prudente, ela fere o princípio orçamentário da:

- (A) exatidão;
- (B) exclusividade;
- (C) não afetação das receitas;
- (D) transparência;
- (E) universalidade.

**PROVA DISCURSIVA**

---

Os sociólogos explicam certas atitudes dos cidadãos contemporâneos, como a recusa do trabalho ou a recusa de ter filhos, pelo temor de dias futuros bastante incertos. Entre as causas de uma possível angústia diante do futuro, qual ou quais delas o(a) incomoda(m) mais?

Exponha suas opiniões sobre o tema, indicando razões objetivas para os seus posicionamentos, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

